

Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos

Entrevista com Louis Quéré

For a pragmatist approach of the events

Interview with Louis Quéré

Leandro Rodrigues LAGE¹

Tiago Barcelos Pereira SALGADO²

Louis Quéré é sociólogo, professor e pesquisador do Centre d'Études des Mouvements Sociaux (CEMS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Suas reflexões atravessam a teoria dos problemas públicos de J. Habermas, a etnometodologia de H. Garfinkel, a hermenêutica narrativa de P. Ricoeur e, nos últimos anos, o pragmatismo norte-americano de G. H. Mead, J. Dewey e C. S. Peirce.

Desde o início dos anos 1990, Quéré tem se dedicado aos estudos da teoria do acontecimento, sendo um dos principais críticos das abordagens que restringem o conceito aos agenciamentos midiáticos – embora reconheça a mídia como o lugar mesmo onde os acontecimentos são identificados, “publicizados” e explorados, assim como os “campos problemáticos” revelados pelos acontecimentos.

Em 2005, Quéré publicou na revista lusitana *Trajectos* o artigo *Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento*, um de seus principais trabalhos sobre o tema e com considerável repercussão no Brasil. Tais estudos se somam a pesquisas sobre a questão dos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, com especialização em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela mesma instituição. Pesquisador do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Mestrando em Comunicação e Sociabilidade (UFMG). Especialista em Imagem e Culturas Midiáticas (UFMG). Integrante do grupo de pesquisa Poéticas da Experiência – Performances (UFMG).

movimentos sociais na França, sobre comunicação, espaço público, teoria da ação e sobre a sociologia da confiança.

Quéré possui vários livros publicados, entre os quais se destaca *Des miroirs équivoques* (1982), e vários artigos publicados na Europa e nos EUA. Traduziu para o francês as obras *La formation des valeurs* (2011), de J. Dewey, e *L'esprit, le soi et la société* (2006), de G. H. Mead.

Em visita ao Brasil para participar do II Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS) da Universidade Federal de Minas Gerais em junho de 2011, Louis Quéré concedeu esta entrevista, ao longo da qual trata do conceito de acontecimento à luz, principalmente, da filosofia pragmatista, mas também discute o conceito de experiência e a relevância dessas noções para se investigar a constituição e discussão dos problemas públicos³.

Em seus trabalhos sobre o acontecimento, percebemos que há um esforço no sentido de se contrapor às abordagens construtivistas e ritualísticas a partir de uma concepção pragmatista do acontecimento, chamando atenção para seu papel na organização da experiência dos sujeitos. Na sua opinião, qual a relevância do conceito de acontecimento para pensarmos as interações, as experiências dos sujeitos, os agenciamentos midiáticos e o uso do acontecimento como operador analítico para compreender, por exemplo, a política e outras esferas sociais?

Apresentei esta contraposição em um texto (QUÉRÉ, 1997) logo no início de meu trabalho sobre o acontecimento. Estava influenciado pela obra de Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa*. O ponto de partida de minha reflexão era que o acontecimento precisa ser apreendido através da tessitura da intriga (*mise en intrigue*). Eu desenvolvia, nessa época, uma pesquisa com Michel Barthélémy sobre o caso da violação de túmulos ocorrida em um cemitério da cidade francesa de Carpentras. Naquela ocasião, acusaram a extrema direita fascista de promover um atentado antissemita. Estávamos interessados em ver como aquele

³ Agradecemos à professora doutora Vera França (UFMG) por tornar possível esta conversa com Louis Quéré e pela revisão de nossa tradução e texto final, bem como à colega doutoranda Lígia Lana (UFMG) pelas contribuições. Finalmente, agradecemos ao professor Louis Quéré pela cortesia com que nos concedeu a entrevista.

acontecimento desencadeou todo tipo de protestos sociais políticos. Um dos fatores que nos chamou a atenção foi a maneira pela qual o acontecimento foi nomeado, designado. E, nesse sentido, interessava-nos o modo como ele se tornou público, sendo transformado de um acontecimento de profanação, portando um significado religioso, num acontecimento político. E então tomamos consciência da importância do acontecimento na constituição do debate público, da vida política. Interessamo-nos por essa dinâmica de publicização do acontecimento. Foi o ponto de partida da pesquisa. A questão que nos chamou atenção foi: como um acontecimento que se passa em alguma parte é transformado num problema público ou num problema político? Um outro exemplo foi aquele que ficou conhecido na França como “a história do véu islâmico”. No início, era simplesmente um episódio relacionado a meninas de um liceu da periferia de Paris que vinham para a sala de aula com o rosto coberto pelo véu. Isso começou a causar problema porque elas não queriam tirá-lo para fazer certas atividades, como praticar esportes, e a situação ficou complicada. Criou um problema para os professores e para a direção do liceu. Transformou-se num problema público, num problema político, porque acabou culminando numa lei proibindo o porte de sinais marcantes de pertencimento religioso em lugares públicos. Então, nessa dinâmica, nessa transformação de um acontecimento local num problema público e político, interessamo-nos efetivamente pela maneira como acontecimentos ganham importância. Eles constituem algo que, conforme termo cunhado pelo filósofo francês Gilles Deleuze, é um campo problemático. A questão do véu islâmico, por exemplo, se tornou um campo problemático, um campo novo, dentro do qual, em seguida, outros acontecimentos foram se inscrevendo e ganhando significação. Dois anos depois foi o caso da burca, um outro tipo de véu islâmico que cobre completamente o rosto. Um acontecimento local, em que a polícia abordou uma mulher que estava dirigindo com a burca, foi ao conhecimento público, ganhou grande espaço na mídia e se inscreveu nesse mesmo campo problemático. E, então, nesse espaço público, do debate público, gerou-se uma nova lei. Há duas leis, uma criada antes e outra depois do caso da burca. Esse foi o tipo de coisa que me interessou. Então, nesse pequeno artigo (QUÉRÉ; BARTHÉLÉMY, 1991), ingressei na sociologia dos problemas públicos chamando atenção precisamente para a maneira como acontecimentos se transformam em problemas públicos. Foi a partir disso que comecei a adotar uma posição crítica com relação à teoria dos problemas públicos de Habermas, que, via de regra, não se pergunta sobre o modo como os problemas são

constituídos no espaço público, tomando-os como pré-existentes. Antes da discussão, há todo um processo de constituição, de elaboração dos acontecimentos. Isso tudo diz respeito a essa questão do espaço público, da política. Na medida em que fui avançando, passei a ver a questão como algo que se passava no domínio da experiência individual e da organização da conduta numa dada situação, em que as pessoas são confrontadas com ocorrências não previstas que produzem resultados e consequências. Elas são permanentemente confrontadas com todo o tipo de coisa que lhes acontece, que escapa ao seu controle, e às quais elas têm que fazer face e responder. Os acontecimentos, então, são componentes importantes para a organização da experiência. A partir daí, me interessei por uma abordagem mais pragmática que a de P. Ricoeur, porque o sentido de acontecimento em Ricoeur permanece ligado à tripla mimese, e fica restrito ao universo do discurso. Pelo viés pragmatista, entendemos que os acontecimentos são coisas concretas, coisas reais, antes de serem colocadas no discurso. São coisas que ocorrem, que se passam. Tal abordagem é mais sensível a essa dimensão que chamo real ou existencial, como coisas que existem. Recentemente, venho explorando a concepção pragmatista à maneira de Mead, de Dewey e de Peirce. É uma coisa que não tinha trabalhado a fundo, mas que é bastante interessante e vai além do esquema de Ricoeur, de sua tripla mimese. Defrontamo-nos com acontecimentos reais, concretos, que têm certas qualidades, que são coisas que acontecem, como tremores de terras, a catástrofe nuclear do Japão, todos esses tipos de acontecimentos. Eles não são acontecimentos de discurso, do domínio do discurso. Então, a abordagem pragmatista desenvolve a dupla ideia de que as coisas são sentidas antes de serem colocadas em discurso. É o que Peirce chamava de “força de percussão”, de coisas que se impõem, que persistem. Essa seria a primeira fase, correspondente ao que chamo de acontecimentos existenciais, no sentido de que são coisas que existem. Nós as transformamos, posteriormente, em objetos de pensamento. E lhes atribuímos sua significação examinando as consequência que elas podem ter. Preocupando-nos com para onde nos conduzem os acontecimentos. No acontecimento transformado em objeto de pensamento, em objeto de pesquisa, vamos encontrar o terceiro momento da tripla mimese através da passagem pelo pensamento, pela reflexão. Só então podemos intervir no curso dos acontecimentos, para controlá-lo em partes e eventualmente atenuar sua capacidade de nos atingir. Isso serve tanto para o nível da experiência individual quanto para o da experiência coletiva. Essas correntes filosóficas às quais nos referimos, de Ricoeur e do

pragmatismo, praticamente trabalham com o enfoque das experiências individuais. Toda a dificuldade é refletir ao nível da experiência coletiva e é isso que comecei a fazer.

Como pensar o acontecimento à luz da mediatização? Há alguns autores que argumentam que a mediatização, tomada aqui como a dinâmica na qual a sociedade e seus processos incorporam a lógica midiática, impõe a necessidade de se pensar o acontecimento a partir de uma nova perspectiva, a qual não prevê mais uma anterioridade dos fenômenos em relação à apreensão midiática, mas sim que os acontecimentos são também produzidos ou induzidos estrategicamente pelos sujeitos para serem mediatizados.

Essa é uma abordagem, ancorada em Bourdieu, que critiquei naquele artigo (QUÉRÉ, 1997). Não sei se vocês conhecem o trabalho de Patrick Champagne. Há um artigo conhecido que fala sobre um levante na periferia de Lyon, do qual participaram principalmente os jovens de origem árabe (CHAMPAGNE, 1991). O motim foi suscitado pela morte de um jovem da comunidade em um acidente com um carro de polícia. Champagne defendeu a tese de que essa inquietação social era uma pura reação dos *médias*. Essa abordagem é passível de crítica, pois ela não atentou para as coisas que estavam ocorrendo. Tal perspectiva é reducionista, ao tomar o acontecimento apenas como uma construção midiática. A contribuição exata da mídia para a elaboração dos problemas sociais é uma questão complexa. De acordo com a corrente pragmatista, uma elaboração progressiva do acontecimento se produz através de um trabalho de enquete, distribuído através de vários operadores. Participam desse trabalho de investigação e de constituição os jornalistas, os *médias*, e também a política, a justiça, os sindicatos, os partidos políticos, as associações... Várias instâncias participam e contribuem para dar aos acontecimentos essa dimensão. Essa é a primeira parte da resposta, pois não estou de acordo com essa forte abordagem construtivista. Há outra teoria sobre o papel dos *médias*, na sequência do pensamento de Walter Benjamin, retomado por um filósofo fenomenólogo francês chamado Claude Romano. Para ele, os acontecimentos que se tornam públicos pela mídia não atingem verdadeiramente a nossa experiência. O discurso midiático não nos toca, não nos afeta, é como “a água que escorre na plumagem de um pato”. Fica no exterior de nossa experiência. Penso que essa

leitura também seja equivocada, pois há acontecimentos importantes, como o tsunami no Japão, a catástrofe nuclear, que só apreendemos através dos *médias*. Na Europa, estamos muito interessados pelo que acontece nos países árabes. São acontecimentos com os quais não temos uma experiência direta, pois não estamos nesses lugares, mas nós os conhecemos pelos *médias* e, no entanto, são acontecimentos com os quais nos preocupamos. Não estamos interessados apenas por curiosidade, para ter informação, mas nos preocupamos com os desfechos, as consequências, com o que vai se seguir. Por exemplo, no que diz respeito à questão nuclear, percebemos que na Europa o acontecimento do Japão abriu o debate sobre a permanência das usinas, sobre a questão da segurança. Então, não é um tipo de coisa que passa apenas pela mídia, pelo discurso, e não atinge nossa experiência. O mesmo serve para a questão dos países árabes, pois essas são preocupações verdadeiramente partilhadas.

E com relação a acontecimentos como, por exemplo, o 11 de setembro? Acontecimentos que são, de certo modo, programados por determinados sujeitos para serem mediatizados. E que têm uma natureza contingencial para todos nós, mas, para outros, como por exemplo para os grupos islâmicos radicalistas, não têm essa natureza contingencial, uma vez que foram programados para aquilo, isto é, exclusivamente, principalmente para ganhar visibilidade midiática.

Sobre o 11 de setembro, não podemos dizer que o acontecimento foi produzido unicamente para ser mediatizado. É um fenômeno que nós também vimos recentemente nas manifestações na Tunísia, no Zaire... Os manifestantes portavam cartazes e slogans. Sabemos, evidentemente, que eles vão ser mediatizados e divulgados, conhecidos por todos. É evidente que esse acontecimento, que essa manifestação não foi realizada apenas para ser vista na televisão. Era para outra coisa. Mas você tem razão, os processos atuais de mediatização são uma dimensão cada vez mais considerada, levada em conta na organização das manifestações. Porém, não podemos dizer que elas sejam programadas só para isso. Embora, sim, no domínio da vida política, existam muitos acontecimentos que são programados para ganhar visibilidade midiática.

Segundo G. H. Mead, o acontecimento “é aquilo que se torna”. Ao pensarmos o

acontecimento como uma ruptura que gera afecção nos sujeitos, que se forma na experiência com alguma coisa, entendemos que o indivíduo padece, é afetado, conforme afirmou J. Dewey. Ao sermos afetados pelo acontecimento, levando-se em conta essa noção de experiência, gostaríamos de perguntar como o acontecimento é afetado pelos sujeitos, uma vez que a experiência envolve tanto o ser-afetado-por quanto o agir-em-consequência.

Penso que há uma parte do acontecimento na qual os sujeitos não podem intervir, que ultrapassa seu poder de controle. O acontecimento dito existencial, as coisas que ele produz e que nós sofremos. Um terremoto, por exemplo, ou um tsunami. É a tal da “força de percussão” de que falou Peirce. Isso é uma primeira coisa. Em seguida, efetivamente, isso que Mead disse, uma vez que o acontecimento acontece, trabalhamos para domesticá-lo, trabalhamos para torná-lo inteligível, para compreender porque ele aconteceu, dar-lhe um passado e vislumbrar as consequências que ele pode trazer. Compreender o futuro possível que ele pode ter. É o mesmo argumento que eu disse anteriormente que encontramos em Dewey e Mead. Através dessa força de domesticação, de fazer do acontecimento um objeto de pensamento, de reflexão, os sujeitos se dão os meios de intervir no curso dos acontecimentos. Por exemplo, na reconstrução do Haiti, no terremoto do Japão. Em 1923, teve um terremoto no Japão e, em seguida a esse tremor de terra, eles começaram a refletir sobre as medidas para construir imóveis mais sólidos e para ensinar as pessoas a se comportarem em tais situações. Então, no tremor de terra deste ano, ficamos espantados com o número pequeno de prédios que tombaram face à importância da ocorrência e também ficamos assustados com o comportamento calmo das pessoas. Esse é um bom exemplo do modo como esse acontecimento natural com uma grande força de percussão foi transformado num objeto de pensamento, de reflexão, permitindo, precisamente, adotar um comportamento para evitar a reprodução do acontecimento ou reduzir seu impacto. Então é por esse viés que o sujeito pode afetar individualmente e coletivamente os acontecimentos. Não é preciso dar um grande poder para os sujeitos, porque, bom, jamais vamos impedir que o terremoto se produza, mas o sujeito consegue ter uma intervenção de controle.

Então o acontecimento seria – pensando no que J. Dewey falou sobre a pedra que

rola montanha abaixo – o obstáculo posto à frente dos sujeitos, o que lhes permite experienciar?

Sim, sim. Exato. É no *Arte como experiência...* Ele também diz da possibilidade da experiência estética. É preciso ter alguma coisa que resista à apreensão, e que nos atinja pela sua resistência. É daí que vem a experiência. Então nós podemos pensar, efetivamente, porque ele, em seu conceito geral de experiência, tem uma ideia de que a experiência é composta por um sofrer e um agir. Não é possível ter experiência sem esse aspecto de sofrê-la, ser tocado por ela. Se ninguém resiste, se não somos afetados... nada acontece. Então há essa ideia, como uma moeda de duas faces. A face do sofrer ou da passividade e a face da reação, da atividade. Uma não é o contrário da outra. Elas vão juntas como as duas faces da mesma moeda.

Referências bibliográficas

BARTHÉLÉMY, M; QUÉRÉ, L. *La mesure des événements publics: structure des événements et formation de la conscience publique*. Paris: CEMS-EHESS, 1991.

CHAMPAGNE, P. La construction médiatique des «malaises sociaux». In : *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 90, p.64-76, dez. 1991.

DEWEY, J.. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

QUÉRÉ, L.. L'événement. In: BEAUD, M. et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux/CNET, 1997, p.413-432.

QUÉRÉ, L.. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*, Lisboa, n.6, 2005, p.59-75.

QUÉRÉ, L.. Les formes de l'événement. Pour un réalisme pragmatiste. In: I Colóquio em Imagem e Sociabilidade "Acontecimento: Reverberações", GRIS, 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.1-24.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomos I, II e III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.